

## ATA DA X REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

No dia 25 de março de 2003, às 11:30 horas, teve início a X Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. O Dr. João Bosco Senra, Secretário Executivo do CNRH, abriu a reunião agradecendo a presença de todos. Na qualidade de Presidente da mesa diretora dos trabalhos, convidou para compor a mesa o Sr. Secretário Executivo do MMA, Dr. Cláudio Langone. Da Secretaria Executiva do CNRH, convidou o Dr. Luiz Cláudio Figueiredo e o Dr. Roberto Monteiro para o auxiliarem na condução dos trabalhos. O Dr. João Bosco justificou a ausência da senhora Ministra do Meio Ambiente- MMA, Dra. Marina Silva, naquele momento inicial, devido reunião com o Sr. Presidente da República. O Dr. Cláudio Langone fazendo uso da palavra, comentou sobre o papel do CNRH, seu caráter nacional e não apenas federal; falou também sobre a realização futura de uma Conferência Nacional de Meio Ambiente e sobre o Programa Sede Zero que estava em elaboração. Após as palavras iniciais do Dr. Langone, o Dr. João Bosco deu continuidade à reunião, agradecendo a participação dos representantes dos diversos setores usuários e da sociedade civil, por ocasião da realização das Assembléias que elegeram os novos conselheiros, que naquela oportunidade estariam tomando posse. Falou sobre a oportuna criação da Semana da Água, conforme Moção aprovada pelo CNRH, e sobre as diretrizes gerais do MMA, que tratam das questões sobre a transversalidade e o controle social, dentre outras. Em seguida solicitou ao Dr. Roberto Monteiro que fizesse a leitura dos informes, sendo noticiada a publicação da Portaria CNRH nº 14, de 25 de março de 2003, (**Anexo I**) que designa os novos conselheiros do CNRH. Em seguida foi dada nominalmente posse aos novos conselheiros, pelo Dr. João Bosco. Posteriormente, foi lida a ordem do dia e a pauta da reunião (**Anexo II**). O primeiro assunto a ser tratado foi a aprovação das atas da VIII Reunião Ordinária e da IX Reunião Extraordinária do CNRH, o que ocorreu com alguns ajustes. Devido à chegada da Sra. Ministra Marina Silva, o atendimento à pauta foi temporariamente suspenso para que todos pudessem ouvir sua mensagem. A Ministra cumprimentou os novos conselheiros, agradeceu a presença de todos e pediu o apoio para o Programa “Fome Zero”. Comentou sobre a Semana da Água que estava acontecendo pela primeira vez naquele período, falou sobre a exposição que estava montada na Câmara dos Deputados e concluiu anunciando a o Programa Sede Zero, em fase de elaboração. Disse que esse Programa seria um compromisso do Ministério do Meio Ambiente e esperava que também o fosse dos Estados, ali representados. Após as colocações da Sra. Ministra, o Dr. João Bosco retomou os trabalhos passando a palavra ao Dr. Flavio Botelho Filho, Secretário Executivo do Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, naquela oportunidade representando o Ministro José Graziano Silva, para proferir apresentação sobre o “Programa Fome Zero” (**Anexo III**). Após apresentação e com a saída da Sra. Ministra Marina Silva, o Secretário Dr. João Bosco passou para o terceiro item de pauta referente a apresentação da proposta do “Programa Sede Zero”, que foi apresentado pela Diretora de Programa de Estruturação da SRH/MMA, Dra. Fátima Chagas (**Anexo IV**). A Dra. Fátima apresentou as bases para a elaboração do Programa, que teria como objetivo ser um Programa de Governo; afirmou que muito em breve seria concluído um primeiro documento que seria disponibilizado e para receber sugestões. Salientou que o programa proposto deveria estar compatível com as diretrizes do MMA, quais eram o desenvolvimento sustentável, a

transversalidade, o controle social, além da observância ao pacto federativo. Comprometeu-se a apresentar ao CNRH, os avanços do programa para sua validação. Após a apresentação, foi franqueada a palavra para os conselheiros. O Conselheiro Walder Suriani, representante da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais – AESBE, contestou alguns dados apresentados, afirmando que os mesmos não retratavam a realidade do País; disse que o diagnóstico apresentado não refletia as causas e concluiu dizendo que não existiriam recursos orçamentários suficientes para mudar o atual quadro, referindo-se especificamente aos problemas de saneamento. O Conselheiro Josemá Azevedo, representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, ressaltou a oportunidade do Programa. A Conselheira Anna Virgínia Machado, representante da Associação Brasileira de Engenharia Ambiental – ABES, no segmento Organizações Técnicas, ressaltou a transversalidade entre os programas Fome Zero e Sede Zero e destacou a responsabilidade dos mesmos; arguiu sobre a instrumentalização da discussão no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Câmaras Técnicas; questionou se seria um assunto a ser pautado em todas as CTs, e de que maneira seriam apresentados, de forma que as contribuições fossem efetivamente objetivas; manifestou sua preocupação sobre a sustentabilidade dos Programas, para que não funcionem somente como ações emergenciais, pontuais e de momento e, ainda, quais ações poderiam ser desenvolvidas para que não ocorresse retorno ao estágio inicial. Por fim, lembrou que ações relacionadas à higiene pessoal deveriam também ser objeto dos programas. O Conselheiro Abelardo de Oliveira Filho, do Ministério das Cidades, prestou informações sobre ações da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental com relação aos desafios, às perspectivas da transversalidade e a integração das ações, como órgão coordenador das políticas de saneamento ambiental, habitação, transportes urbanos e outros; manifestou ainda sua disposição em somar esforços com os demais setores e destacou a responsabilidade de interação com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e outros órgãos federais. Por último, informou do lançamento da Conferência das Cidades e da criação do Conselho de Desenvolvimento Urbano, no Palácio do Planalto, dia 9 de abril próximo; disse que o processo culminará em outubro do corrente ano após um processo de consulta que incluirá estados e municípios além das entidades representativas do setor. O Dr. João Bosco agradeceu as contribuições e disse que disponibilizaria as informações sobre essa conferência no site do CNRH; acrescentou, referindo-se às questões relativas ao programa “Sede Zero” levantadas pela Dra. Anna Virgínia, que, no intervalo desta até a próxima reunião do Conselho, poderia ser feito o encaminhamento do Programa à Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP para análise, incluídas aí as contribuições recebidas. Consultado o Plenário, não houve objeções quanto ao encaminhamento. Concluiu esclarecendo que o tema “higiene pessoal”, apesar de ter sido contemplado no item educação sanitária e ambiental, mereceria melhor detalhamento no Programa. Às 14:00 horas, a reunião foi suspensa, com pausa para almoço; os trabalhos foram reiniciados às 15:00 horas, com o item 4º da pauta, referente à análise de proposta de Resolução que estabelecia as normas gerais para o encaminhamento, para deliberação pelo CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolassem o âmbito dos estados em que seriam implantados. O Conselheiro Romildo de Oliveira Campelo, representante das Indústrias, disse que não se sentia em condições de analisar a proposta de resolução; pediu que a mesma fosse retirada de pauta e reapresentada na próxima reunião do CNRH. A Dra. Cristina

Yuan concordou com o Dr. Romildo e sugeriu que a matéria fosse retirada de pauta por quem a havia encaminhado, no caso o presidente da CTAP. O Dr. João Bosco solicitou a manifestação do Conselheiro Julio Thadeu, Presidente da Câmara Técnica pertinente. O Dr. Julio Thadeu disse que o tema era de fato complexo e que concordava com a retirada da proposta de resolução da pauta. O Presidente, em seguida, considerou a matéria fora de pauta, encaminhando o assunto para a próxima reunião do CNRH. O Dr. Carlos Hugo, representante do Ministério da Justiça, disse que seria interessante que, aproveitando-se a presença de todos, se fizesse pelo menos a introdução do tema. Consultado o Plenário pelo Presidente, todos concordaram com a proposta. Foi solicitado ao Dr. Julio Thadeu que o fizesse a apresentação. O Dr. Julio Thadeu disse que, conforme art. 35, inciso IV, da Lei nº 9.433, de 1997, é competência do CNRH “deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolassem o âmbito dos Estados em que seriam implantados”; ressaltou a dificuldade operacional ocasionada se todos os projetos com interferência em recursos hídricos fossem encaminhados para análise do Conselho. Ressaltou não existir a intenção de que todos os projetos viessem ao CNRH, tendo em vista a impossibilidade operacional e técnica para a realização das análises requeridas, o que poderia trazer graves consequências para o funcionamento do sistema com um todo. Complementarmente, a Conselheira Patrícia Boson, representante das Indústrias, explicou alguns dos motivos que levaram a elaboração da proposta de resolução; sugeriu que a resolução deveria ser clara o suficiente para definir e caracterizar os projetos que deveriam vir ao CNRH. Disse que esperava que a resolução definisse o que o Conselho deveria fazer, ou seja, qual ato normativo seria expedido e o que seria analisado. Em síntese, disse a Conselheira que a resolução deveria esclarecer qual o papel do CNRH com relação a este aspecto. A Conselheira Ninon Franco, representante do Fórum Brasileiro das Organizações Cívicas, sugeriu que o assunto voltasse à Câmara Técnica e disse que percebera a falta de outros critérios importantes e que os mesmos deveriam ser muito objetivos. O Presidente Dr. João Bosco colocou para decisão do plenário as sugestões manifestadas pelos conselheiros, inclusive o retorno da proposta para nova análise na Câmara Técnica. Após votação, foi aprovado por unanimidade dos presentes o encaminhamento da proposta de resolução para nova análise por parte da Câmara Técnica de Análise de Projeto. Em seguida, o Presidente iniciou as discussões sobre o item 5 da pauta: , referente a análise da proposta de moção, dirigida ao MEC, ao presidente da CAPES e aos reitores de Universidades, visando a implantação de cursos de pós-graduação em Hidrogeologia nas Universidades brasileiras. Para apresentar a matéria, o Conselheiro Walder Suriani passou a palavra ao Dr. João Carlos Simanke, presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas. O Dr. Simanke lembrou que a moção já havia sido analisada anteriormente pela plenária do CNRH e que, naquela oportunidade, várias sugestões haviam sido dadas ao seu conteúdo e ao encaminhamento da moção; diante das referidas sugestões, disse, a moção foi novamente analisada pela Câmara Técnica, a qual estava retornando o assunto à Plenária. Após a apresentação, o Dr. João Bosco colocou em discussão a matéria. O Conselheiro Oscar Cordeiro, representante das Associações Técnicas e de Ensino e Pesquisa, fez novamente relato sobre o histórico da moção; disse que ele mesmo havia sugerido mudanças no documento anterior e que teria verificado que as mesmas foram acatadas, concluindo pelo apoio à moção na forma proposta. O Conselheiro Mauro Viegas, representante das Indústrias, lembrou o que dissera anteriormente, quando sugeriu que a moção fosse ainda

mais abrangente; disse que oportunamente iria propor outra moção ao plenário sobre assunto semelhante, aprovando a moção. Outros conselheiros ponderaram sobre as dificuldades por parte das Universidades para operacionalizar o que estava sendo proposto. Esclarecimentos complementares foram prestados pelo Dr. Simanke. O Conselheiro Jairo Lousa, representante dos Irrigantes, ressaltou que o assunto já havia sido exaustivamente discutido na Câmara Técnica. Encerradas as manifestações, o Dr. João Bosco colocou a matéria em votação, que foi aprovada por unanimidade (**Anexo V**). O Presidente imediatamente iniciou a apresentação do item 6 da pauta, referente à análise da proposta de moção, dirigida aos Governadores dos estados e do Distrito Federal, recomendando a adoção de medidas relativas à plena implementação dos respectivos sistemas estaduais de recursos hídricos. Para apresentar a matéria foi chamado o Dr. Julio Thadeu, que passou a palavra para um dos membros da CTIL, o Dr. Fernando Cabral, que relatou sobre a importância e oportunidade da moção. A Dra. Patrícia Boson complementou exemplificando que o Governo do Paraná promovera de fato a descentralização da gestão dos recursos hídricos o que despertara a confiança dos usuários. O Conselheiro Rui Brasil, representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo, deixou claro o seu apoio à moção; disse entender que todos os estados teriam muitos desafios a vencer e destacou a importância do incentivo aos estados para alavancar suas políticas de recursos hídricos. A Dra. Ninon Franco sugeriu algumas modificações no texto da moção, as quais foram consideradas oportunas. O Dr. João Bosco colocou a matéria em votação, que foi aprovada pelos presentes, com a abstenção da representante do Ministério da Fazenda (**Anexo VI**). A discussão do item 7 da pauta foi iniciada, sendo convidada a Conselheira Cristina Yuan, para relatar a matéria. Esta proposta de moção era dirigida à ANA e à SRH, recomendando a criação de programa específico voltado ao fortalecimento da gestão de recursos hídricos nos estados; a conselheira ressaltou que essa moção, seria complementar à anterior, dirigida aos governadores, porém, com foco à própria estrutura do MMA. Ressaltou que já existia um esforço muito grande nesse sentido, principalmente da ANA que tem buscado estabelecer convênios apoiando vários estados na implementação da estrutura do arranjo institucional em termos de gestão de recursos hídricos, além da própria SRH/MMA, através das Câmaras Técnicas do CNRH; contudo, destacou, face às peculiaridades regionais, da importância dos estados e das organizações civis, e no sentido de fortalecer e consolidar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos, foi sugerida uma moção específica. O Dr. João Bosco agradeceu a apresentação da moção e abriu espaço para as discussões. A Dra. Ninon Franco recomendou que as mesmas sugestões dadas por ela anteriormente, fossem também acatadas nessa moção. A Conselheira Dilma Pereira, representante da ANA, comentou que o apoio às instituições seria papel da ANA; disse ainda que, de acordo como o documento que fora distribuído aos presentes, intitulado "Ações da ANA para o fortalecimento da gestão de recursos hídricos nos estados", visualizava-se que muitas ações nesse sentido já estavam em andamento. Lembrou da delegação que fora dada ao Estado do Paraná para a gestão descentralizada do Alto Rio Iguaçu; finalizando, fez algumas sugestões ao conteúdo da moção, afirmando seu apoio a mesma. O Dr. Jairo Lousa disse que entendia que as decisões sobre recursos hídricos deveriam ser negociadas e que destas negociações deveriam surgir demandas à ANA, recomendando a aprovação da mesma. A Conselheira representante do Ministério dos Transportes, Dra. Hadijamine Fernandes, abordou o tema Sistema de Informações como um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos

Hídricos essencial à gestão; deu sugestões sobre como o mesmo deveria ser elaborado e criticou como os sistema de informações vem sendo estruturado. A Dra. Ninon Franco recomendou que a moção fosse adequada ao Decreto nº 4.613, de 2003. O Dr. João Bosco consultou se todos concordavam com as mudanças propostas; não havendo discordância, colocou a matéria em votação com os destaques apresentados. A moção foi aprovada por unanimidade (**Anexo VII**). Para apresentar o item 8 da pauta, foi convidado pelo Dr. João Bosco o Dr. Oscar Cordeiro, presidente da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O conselheiro apresentou uma proposta de Divisão Hidrográfica Nacional (**Anexo VIII**); disse que era uma primeira proposição e destacou que aquela proposta fora desenvolvida pelo Grupo Técnico de Coordenação e Elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos – GTCE; comentou também que a proposta tinha sido analisada pela CTPNRH e que ela era parte do Documento Base de Referência do PNRH, que estava sendo preparado para discussão com a sociedade. Salientou que o tema era complexo e que a proposta que estava sendo apresentada e que fora distribuída para todos, continha os critérios utilizados para a sua elaboração, abordava as divisões hidrográficas anteriores e tinha a intenção de adequar as divisões de bacias hidrográficas do DNAEE e do IBGE, ao atual sistema de gerenciamento de recursos hídricos. Falou ainda que a divisão proposta estaria perfeitamente adequada ao processo de codificação aprovado pelo CNRH. O Dr. João Bosco citou sua participação em reunião da CTPNRH, quando desafiou a CT a apresentar naquela oportunidade uma proposta de Divisão Hidrográfica, pelo que agradeceu o esforço da Câmara. Antes de passar a palavra para comentários, provocou a todos e também a própria CTPNRH, na pessoa do seu Presidente, para que fosse possível trazer para aprovação, na próxima reunião do Conselho, a Divisão Hidrográfica Nacional de fato; destacou a divisão como um dos pontos de partida para se ter, em futuro próximo, a política de recursos hídricos efetivamente implementada. A Dra. Patrícia Boson pediu a palavra e parabenizou a CTPNRH pela proposta apresentada; sugeriu que fosse observada a necessidade de compatibilização da proposta com as unidades de gestão descentralizada e os comitês, e questionou sobre a relação que deveria existir entre rio de primeira ordem e seus tributários federais de segunda ordem. O Conselheiro Hernani Fortuna, representante dos Hidroviários, recomendou que os aspectos políticos e estratégicos fossem lembrados quando da concepção da nova proposta; como exemplo, citou que, na proposta apresentada, alguns rios da Amazônia foram incluídos na Região Hidrográfica Costeira do Norte e que ele não estaria de acordo com este recorte. O Conselheiro Manoel Guerreiro, representante do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Pará, considerou que a divisão apresentada era melhor que aquela do DNAEE e sugeriu um maior aprofundamento dos estudos da divisão na região amazônica. A Dra. Ninon Franco reconheceu que foi um trabalho de fôlego e demonstrou sua preocupação com o tratamento a ser dado às bacias transfronteiriças; em seguida, passou a palavra para o representante da WWF-Brasil, Dr. Samuel Barreto, que disse ter feito trabalho na região do Rio Miranda e solicitou registro de falhas nos mapas da região em termos dos limites da bacia. Com a palavra, o Dr. Julio Thadeu ressaltou a urgência de se ter aprovada uma proposta de Divisão Hidrográfica, a qual daria um importante respaldo para as deliberações do CNRH; destacou a existência de muitos parâmetros a serem considerados e incentivou a todos aqueles que tiverem sugestões, que participassem das reuniões da Câmaras Técnicas onde o tema seria discutido; disse que, como essas discussões deveriam ser levadas à CTIL, estaria sugerindo a realização de reuniões

conjuntas para agilizar a análise da proposta. O Dr. Oscar Cordeiro, em nome do GTCE e dos membros da CTPNRH, agradeceu os elogios recebidos e as sugestões que foram dadas; concluiu dizendo que um dos objetivos daquela apresentação, era o de suscitar a discussão e o debate; comentou que existia um grupo de trabalho especialmente criado para tratar do tema e que todos aqueles que estivessem dispostos a colaborar, seriam bem-vindos. O Dr. João Bosco agradeceu o Dr. Oscar Cordeiro e lembrou o desafio lançado de se tentar pautar novamente o tema na próxima reunião do CNRH. Após, conforme a pauta, iniciou-se os informes. O Dr. João Bosco, após consulta ao Plenário, agendou a IX Reunião Ordinária do Conselho para o dia 27 de junho próximo e aproveitou a oportunidade para divulgar os eventos que estavam ocorrendo em Brasília, como parte das comemorações da I Semana da Água, em especial a Exposição "Água, Conhecimento e Sociedade", que estava acontecendo na Câmara dos Deputados e o Seminário "Água, Desenvolvimento e Justiça Ambiental", que iria ocorrer nos dias 27 e 28 de março. Disse ainda, que o Plano Nacional em elaboração deveria ser o carro chefe quando das discussões durante a Conferência Nacional de Meio Ambiente, que estava sendo planejada e teceu comentários sobre a Conferência realizada recentemente em Kioto - Japão. Com a palavra, a Dra. Aparecida, Secretária Executiva do Comitê das Bacias dos Rios Pomba e Muriaé procurou rememorar o que ocorrera durante a realização da IX Reunião Extraordinária do CNRH. Disse que, no seu entendimento, durante aquela reunião onde se discutia sobre a expansão da cobrança na área de atuação do CEIVAP, mais precisamente a Deliberação nº 15 do CEIVAP, o Dr. Jerson Kelman, Diretor Presidente da ANA, teria informado que faria contato com o Diretor-Geral da ANEEL no sentido de tentar dirimir uma divergência de interpretação jurídica, que diria respeito ao pagamento pelo uso dos recursos hídricos pelas PCHs, localizadas naquela bacia hidrográfica. Nesse sentido, faria uma consulta à Advocacia Geral da União, cuja interpretação deveria prevalecer para todos. Disse que o setor elétrico hoje estava se sentindo sem condições de discutir, em qualquer nível, a situação da cobrança, uma vez que a sua agência reguladora não reconhecia a cobrança para as PCHs, como a que fora aprovada na bacia do Paraíba do Sul. Falou também que tinha entendido que seria o Conselho que encaminharia para a Advocacia Geral da União a solicitação de esclarecimento do problema, e não a ANEEL ou a ANA. Relatou que a situação não era confortável, com a cobrança no Paraíba do Sul aprovada, aí incluído o valor referente aos 0,75% oriundos do setor elétrico. Comentou que o setor elétrico não se sentia a vontade, e que sua agência reguladora não reconheceria esse pagamento. Solicitou que o Conselho tomasse a frente nessa articulação, e que dessa forma, pudesse ser dada a resposta para o setor. Concluiu dizendo que estava solicitando uma consulta por parte do CNRH à AGU, para que esta elaborasse sua interpretação jurídica sobre a questão da legalidade ou não da cobrança para as PCHs. O Dr. João Bosco admitiu desconhecer o assunto, por não ter estado presente na reunião do CNRH onde se discutiu a questão, mas admitiu a possibilidade da Secretária Executiva do CNRH encaminhar a consulta a AGU. A Dra. Aparecida, por sua vez, complementou dizendo que a sua dúvida estaria no posicionamento do setor, uma vez que a ANEEL veio ao Conselho Nacional, e isso constava em Ata aprovada, dizendo que não reconhecia a legalidade dessa cobrança. O Dr. João Bosco passou a palavra para o Dr. Oscar Cordeiro que fez rápido informe lembrando que seria realizado, em Curitiba, o XV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos; convidou o CNRH para fazer uma das suas reuniões durante o Simpósio, da mesma maneira que ocorreu no ano 2001, durante o XIV Simpósio, em Aracajú. Informou que a ABRH, presidida por

313 ele, também ia realizar o I Simpósio de Recursos Hídricos da Amazônia, e que  
314 naquela oportunidade estava deixando um convite para participação de todos,  
315 em especial dos Conselheiros oriundos da Região Norte. O Dr. João Bosco  
316 demonstrou conhecimento a respeito do Simpósio e lembrou que, durante a  
317 reunião realizada com os Secretários Estaduais da Região Amazônica, ficara  
318 acertado que seria realizada uma reunião específica com todos os Secretários da  
319 Região Norte para discutir a questão do sistema de gerenciamento de recursos  
320 hídricos na região e propôs que se estudasse a possibilidade de realização de  
321 reunião do CNRH na região durante o evento. Não havendo mais nenhum  
322 assunto a ser tratado, o Sr. Secretário Executivo agradeceu a presença de todos,  
323 parabenizou novamente os novos conselheiros e, às 17:50 horas, deu por  
324 encerrada a X Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
325 e disse que, uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata seria  
326 assinada por ele, Secretário Executivo do CNRH, e pela Ministra Marina Silva,  
327 Presidente do CNRH.

328  
329 Aprovada na IX Reunião Ordinária, realizada em 25 de junho de 2003.

330  
331  
332 MARINA SILVA  
333 Presidente

JOÃO BOSCO SENRA  
Secretário Executivo